




Alentejo  
Rua Tenente Raúl Andrade, 3  
7000-613 ÉVORA

 [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt) | [rubus.icnf.pt](http://rubus.icnf.pt)  
 [gdp.alentejo@icnf.pt](mailto:gdp.alentejo@icnf.pt)  
 266737370

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo  
da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Av. Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira, 193  
7004-514 ÉVORA  
[geral@ccdr-a.gov.pt](mailto:geral@ccdr-a.gov.pt)

Via PCGT

| vossa<br>referência   | nossa referência  | nosso processo     | Data        |
|-----------------------|---|--------------------|-------------|
|                       | <i>our reference</i>                                    | <i>our process</i> | <i>Date</i> |
| <i>your reference</i> |   |                    |             |
|                       | S-007434/2024   | P-050931/2021      | Data infra  |
| <b>Assunto</b>        | Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ferreira do |                    |             |
| <i>subject</i>        | Alentejo_ICNF_concertação_pos2CC                        |                    |             |

Relativamente ao assunto em epígrafe e no seguimento do pedido de V/Exa, remetido via correio eletrónico para parecer do ICNF, após a análise dos documentos em apreço, vem este Instituto comunicar o respetivo parecer.

## I. INTRODUÇÃO

Na sequência do parecer desfavorável emitido pelo ICNF no âmbito da 2.ª Reunião da Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Ferreira do Alentejo, realizou-se no dia 19 de dezembro de 2023 uma reunião de concertação. Após esta a CM Ferreira do Alentejo em resultado da elaborou os documentos seguidamente identificados, os quais submeteu, em 4 de fevereiro de 2024, para apreciação do ICNF.

- PDMFA\_ICNF\_concertação-pos2CC.
- Carta de Valores Naturais.
- Regulamento com alteração dos artigos 10.º e 11.º.

## II. ANTECEDENTES

Identificámos os seguintes elementos relacionados com o processo em análise:

- Ofício com a ref.ª S-042370/2023/DR-ALT/DRCNB/DOT- PCGT – ID 102 – Revisão do PDM Ferreira do Alentejo, de 10/11/2023.
- Ofício com a ref.ª S-011808/2022/DR-ALT/DRCNB/DOT- PCGT – ID 102 – Revisão do PDM Ferreira do Alentejo – Apreciação da Proposta de PDM e restante ordem de trabalhos prevista na alínea a) n.º 1 do art.º 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10/09/2015.
- Ofício com a ref.ª 10639/2020/DR-ALT/DRCNB/DOT- PCGT – ID 102 – Revisão do PDM Ferreira do Alentejo – Interesses Específicos relativos à Conservação da Natureza e Florestas.



- Ofício com a ref.ª S-051025/2021, de 28/12/2021 (P-050931/2021), - PCGT - ID 102 - PDM - Ferreira do Alentejo Revisão - Solicitação de parecer sobre os elementos iniciais. Foi emitido parecer favorável condicionado à inclusão de diversos elementos.
- Ofício com a ref.ª S-007588/2022, de 23/02/2022 (P-050931/2021) - PCGT - ID 102 - PDM – Ferreira do Alentejo Revisão - Solicitação de parecer sobre os elementos iniciais - Aditamento - Peixes dulciaquícolas e migradores diádromos.

### III. ANÁLISE

Após a análise dos elementos submetidos pela equipa identificados supra, o ICNF analisou a tabela de ponderação, na qual é expressa a posição da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo (CMFA) resultante da última reunião de concertação, e informa V. Exa. do seguinte:

1. **2.a | 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).**

*“Pese embora todos os valores naturais identificados no concelho se encontrem representados na Planta de Ordenamento - EEM (peça fundamental do plano) e a apresentação da Carta dos Valores Naturais não acrescente informação, o ICNF entendeu ser fundamental a existência desta carta (em formato A3), porque é a que vai identificar e assegurar a conservação destes valores. Nesse sentido, será incluída a planta no Volume II, no capítulo relativo aos Valores Naturais (ver anexo).”*

**Ponderação ICNF:**

Carta de Valores Naturais:

- 1.1. Introdução na legenda – Espécie de Peixes - o tipo de ocorrência das espécies (indígena, introduzida e translocada) ou, **retirar da carta de valores as espécies exóticas**, designadamente *Alburnus alburnus*, *Ameiurus melas*, *Australoheros facetus*, *Carassius auratus*, *Cyprinus carpio*, *Gambusia holbrooki*, *Lepomis gibbosus*, *Micropterus salmoides* e *Sander lucioperca* pois não têm o mesmo valor conservacionista que as espécies autóctones.
- 1.2. **Deve ser introduzido na Carta de Valores as áreas de *Linaria ricardoi* atualizadas e constantes o Geocatálogo do ICNF no link <http://geocatalogo.icnf.pt/> (shapefiles em anexo).**

2. **2.b 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).**

*“Ponderada a questão, a redação do artigo 11.º relativo ao regime da EEM foi alterada, integrando normas específicas de proteção para a área da Serra do Paço e dos Matos, bem como dos charcos temporários, ao encontro da proposta do ICNF (ver redação proposta para o artigo 11.º, em anexo).”*

**Ponderação do ICNF:**

**EEM (Artigo 11.º)** – Concorde-se, no geral, com a proposta de artigo, contudo, **sugere-se que a redação seja alterada conforme a proposta de redação sugerida abaixo para este artigo** (Capítulo IV – Parecer, nº2- Proposta de alteração de regulamento - 2.2. – 2.2.1).



3. **2.c 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).**

*“Tendo-se concluído sobre a coincidência entre os lagos e lagoas identificados na REN e incluídos na EEM, sugere-se foi acrescentada na designação daquele elemento da EEM a correspondência com os charcos temporários. Apesar de se ter verificado que alguns dos charcos temporários já foram ocupados por culturas permanentes, em regime intensivo, por indicação do ICNF, mantém-se, na EEM, a totalidade dos charcos identificados. Quanto à sugestão de estas áreas serem identificadas como categorias de uso do solo, considera-se que a dimensão das mesmas não justifica a sua delimitação enquanto categoria de uso, atendendo à escala da Planta de ordenamento. De qualquer forma, pretende-se que a alteração do artigo 11.º contribua para a salvaguarda destas áreas no concelho de Ferreira (ver redação proposta para o artigo 11.º, em anexo).”*

**Ponderação do ICNF:**

Charcos Temporários Mediterrânicos (CTM) - Concorda-se com o proposto, contudo, sugere-se que a redação seja alterada conforme a proposta de alteração dada mais adiante para o artigo 11.º (Capítulo IV – Parecer, nº2- Proposta de alteração de regulamento - 2.2. – 2.2.1).

4. **2.d I 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).**

*“Os matos são um dos elementos da EEM, sendo-lhes aplicáveis as mesmas disposições que à Serra do Paço (artigo 11.º). Não se considera necessário alterar o limite da Serra do Paço. Acresce que a norte da EN121, há um EIA relativo a uma central solar fotovoltaica, com compromisso da CMFA.”*

**Ponderação do ICNF:**

Serra do Paço – aceita-se a justificação apresentada, não obstante, é de referir que a área de Proteção da Serra do Paço e a delimitação da área de Matos deverá ser retificada pois esta inclui a área onde está implantada uma Central Fotovoltaica e uma área de cultura arbórea permanente onde os matos já não estão presentes (FIG.01).

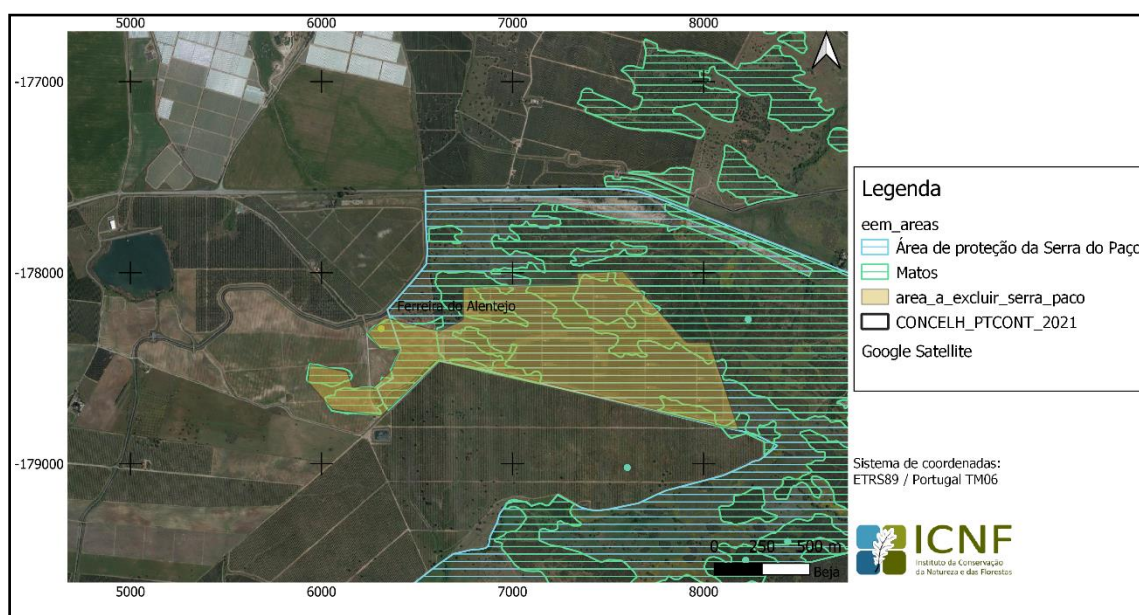


FIG.01 – Áreas a excluir da EEM.

### 5. 3 a.b.c.e | Classificação e qualificação do solo

*“A qualificação do solo é uma competência e autonomia municipal no quadro dos instrumentos de gestão territorial. A proteção da *Linaria Ricardo* encontra-se assegurada através da sua integração na EEM (art.º 10º) e do respetivo regime (art.º 11.º) (ver redação proposta para o artigo 11.º, em anexo.”*

#### Ponderação do ICNF:

Embora o n.º 8 do artigo 11.º relativo ao normativo regulamentar proposto para a EEM refira que as áreas de ocorrência de *L. ricardoi* e de outras espécies ameaçadas estão sujeitas a parecer da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza, considera o ICNF que estas espécies não estarão salvaguardadas quando ocorrer alteração de uso atual do solo, e, considera ainda que em sede de ordenamento e planeamento territorial deve ser atendido o facto da proposta apresentada – Espaços Agrícolas não dar cumprimento a legislação fundamental, que enquadra os procedimentos de elaboração dos planos territoriais, ou seja:

- 5.1. Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de qualificação e categorias do solo rústico, o qual define os Critérios de Classificação e Reclassificação do Solo - Artigo 18.º “2 - Os regimes de uso do solo aplicáveis a estes espaços devem promover a compatibilização do aproveitamento agrícola e pecuário com as outras funções que o solo, em articulação com o ciclo hidrológico terrestre e o clima, desempenha no suporte aos processos biofísicos vitais para a conservação da natureza e da biodiversidade.”
- 5.2. Não assegura a proteção da espécie *Linaria Ricardo* (1713\*9). Atente-se que a *Linaria ricardoi* é uma espécie protegida pela Legislação Nacional<sup>3,4</sup>.

Por conseguinte, não se aceita a justificação que remete a qualificação do solo, apenas, para uma “competência e autonomia municipal no quadro dos instrumentos de gestão territorial.”



6. **3 f. | Classificação e qualificação do solo**

*“A qualificação do solo é uma competência e autonomia municipal no quadro dos instrumentos de gestão territorial. A proteção da Linaria Ricardoi e das restantes espécies ameaçadas identificadas encontra-se assegurada através da sua integração na EEM (art.º 10º) e do respetivo regime (art.º 11.º). O olival também se encontra protegido por via do regime específico aplicável, encontra-se delimitado na Planta de condicionantes geral e identificado como restrição de utilidade pública no artigo 7.º do Regulamento. Face ao exposto, considera-se não haver necessidade de dividir a categoria dos espaços agrícolas por forma a proteger áreas de olival tradicional e de espécies ameaçadas e protegidas.”*

**Ponderação do ICNF:**

- 6.1. Não se aceita a justificação face ao sugerido anteriormente no que concerne à subdivisão dos Espaços Agrícolas em duas subcategorias, uma vez que se considera não estar garantida a conservação da natureza e biodiversidade com a proposta apresentada pela CMFA, fora das áreas da EEM.
- 6.2. No n.º 5 e nos anteriores, afirma-se que o regime de uso do solo é estabelecido nos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal através da classificação e da qualificação do solo, de acordo com a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local, o quadro estratégico definido e as leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo.
- 6.3. As áreas de *Linária ricardoi* identificadas na EEM correspondem, apenas, às áreas selecionadas no Plano de Monitorização do projetos do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, sendo que a distribuição desta espécie no concelho é mais alargada como é possível observar na Figura abaixo.

7. **3 g. | Classificação e qualificação do solo**

*“Ponderada a questão, foi alterada a redação do artigo 11.º do Regulamento, relativo ao regime da EEM, por forma a incluir norma que obrigue a consulta do ICNF sempre que esteja em causa qualquer alteração de uso em áreas com espécies ameaçadas, Linaria ricardoi e abrangidas pelos charcos temporários (ver redação em anexo).”*

**Ponderação do ICNF:**

Aceita-se a justificação. Relativamente aos CTM, a consulta ao ICNF, em caso de alteração do uso do solo, não está assegurada a salvaguarda da espécie (referido no n.º 2.c.).

8. **3 h. | Classificação e qualificação do solo**

*“Ponderada a questão, não se confirmou a existência de matos enquanto ocupação dominante da área assinalada. A COS 2018 indica para a referida área “2.1.1.1. Culturas temporárias de sequeiro e regadio”, ocupação que se confirma através da fotointerpretação, pelo que não se considera adequado integrar a área na categoria dos espaços agrossilvopastoris, quando o uso dominante é o agrícola. Mantida a qualificação.”*

**Ponderação do ICNF:**

Aceita-se a justificação apresentada.



9. 3 i. | Classificação e qualificação do solo

*“Os espaços agrossilvopastoris abrangem o conjunto de áreas de SAF de sobreiro, azinheira etc. As áreas com povoamentos florestais de eucalipto e pinheiro manso foram incluídas nos espaços agrossilvopastoris por uma questão de generalização e homogeneização de manchas, atendendo à reduzida dimensão das mesmas.”*

Ponderação do ICNF:

Não se aceita a justificação supra, reiterando-se uma vez mais a proposta de criação de Espaços Florestais de Produção.

10. 4. | Classificação e qualificação do solo

*“Foi retirado o ponto, por se entender que não deve constar da lista de servidões e restrições de utilidade pública. Contudo, o regime da arborização e rearborização aplica-se.”*

Ponderação do ICNF:

Aceita-se a justificação apresentada.

11. 5 a. | Proposta de Regulamento

*“Atendendo a que as espécies RELAPE já se encontram identificadas na EEM, cujo regime se sobrepõe ao das categorias de uso do solo, considera-se que não é necessária a delimitação de uma subcategoria que integre as áreas de ocorrência destas espécies. Contudo e considerando também que as atividades agrícolas não são objeto de controlo prévio por parte da Câmara Municipal e que esta não pode ser responsável pela fiscalização das medidas propostas destinadas à preservação das espécies ameaçadas e protegidas, introduziu-se no regime da EEM norma que obrigue a consulta ao ICNF sempre que esteja em causa qualquer alteração de uso que interfira com as áreas de ocorrência destas espécies, já que se trata de espécies identificadas nos Anexos do DL 140/99 (ver redação proposta para o artigo 11.º, em Anexo).”*

Ponderação do ICNF:

Não é aceite a justificação apresentada. Para além do referido anteriormente e atendendo à obrigatoriedade de serem respeitados os diplomas legais relativos ao ordenamento do território, verifica-se que toda a área do EFMA está inserida em Reserva Agrícola Nacional (RAN), não cumprido a proposta apresentada os objetivos da RAN, nomeadamente as alíneas d) Contribuir para a preservação dos recursos naturais e f) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, na sua redação atual. É também de acrescentar que a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo-Lei n.º 31/2001, de 30 de maio, estabelece no artigo 2.º alínea “i) Assegurar o aproveitamento racional e eficiente do solo, enquanto recurso natural escasso e valorizar a biodiversidade;”

12. 5 Proposta de Regulamento. - Regime de preservação dos charcos temporários 1.2.3.4.

*“Ver redação proposta para o artigo 11.º, em Anexo.”*

Ponderação do ICNF:





Considera-se que a proposta do artigo 11.º responde, na generalidade, à necessidade de salvaguarda dos valores naturais identificados, devendo, no entanto, ser considerada a proposta de redação do ICNF para o artigo 11.º do ponto 2.b. desta informação.

### 13. **5 c 1.2.3. Proposta de Regulamento.**

*“Ponderada a questão, foi alterada a redação do artigo 11.º relativo ao regime da EEM. Contudo, remete-se a fiscalização para o ICNF (ver redação do artigo 11.º, em Anexo).”*

#### **Ponderação do ICNF:**

Relativamente à fiscalização em apreço, importa mencionar o seguinte:

Foram retiradas do artigo 11.º as normas que previam que «a fiscalização (...) compete à autoridade nacional da conservação da natureza», porquanto, nesta matéria, temos que, designadamente:

- a) No Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho (que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade), prescreve-se, no seu artigo 40.º, que:  
“1 – A verificação do cumprimento do disposto no presente decreto-lei e na legislação em vigor aplicável aos valores naturais classificados pode revestir a forma de:  
a) Fiscalização, a desenvolver de forma sistemática pelas autoridades competentes, no cumprimento da obrigação geral de vigilância que lhes está cometida, e de forma pontual em função das queixas e denúncias recebidas; (...)  
2 – A fiscalização compete à autoridade nacional, especialmente através do serviço de vigilantes da natureza, à Guarda Nacional Republicana, especialmente através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), às demais autoridades policiais e aos municípios.”
- b) No Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, prescreve-se no seu artigo 21.º, que:  
“1 – A fiscalização do cumprimento do disposto no presente diploma e respetiva legislação complementar compete ao ICN, às autarquias locais, às comissões de coordenação e desenvolvimento regional, ao Instituto da Água, à Direcção-Geral dos Recursos Florestais, às direcções regionais de agricultura e às autoridades policiais. (...)”.

Logo, não pode o Município de Ferreira do Alentejo, ou a sua Câmara Municipal, através deste seu Regulamento do PDM, imputar exclusivamente ao ICNF, IP uma tal competência de fiscalização que, legalmente, também por eles (Município e Câmara) pode e deve ser exercida; ademais, nenhum regulamento pode derogar, alterar ou afastar normas jurídicas hierarquicamente superiores, como o são as supratranscritas daqueles dois decretos-leis.

### 14. **5 c 4. Proposta de Regulamento**

*“Não aceite, porque as atividades agrícolas não estão sujeitas controlo prévio por parte da CM. No entanto, foi incluída norma que sujeita qualquer alteração de uso nestas áreas a parecer do ICNF, já que nestas áreas são identificadas espécies dos anexos do DL 140/99 (ver redação do artigo 11.º, em Anexo).”*

#### **Ponderação do ICNF:**

Concorda-se com o referido.

#### IV. PARECER

Tendo por base o exposto anteriormente, emite-se parecer favorável à proposta de PDM de Ferreira do Alentejo, **condicionado ao acolhimento dos seguintes aspetos:**

1. Observações elencadas no capítulo II. ANÁLISE nos seguintes pontos:
  - 1.1. Carta de Valores Naturais:
    - Correção da legenda;
    - Atualização indispensável das áreas onde ocorre a presença da *Linaria ricardoi*.
  - 1.2. Proposta de redação infra do ICNF para o art.º 11 relativo à EEM.
  - 1.3. Sujeição a parecer da Autoridade Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade a alteração do uso do solo de áreas coincidentes com os charcos temporários, à semelhança do explanado no n.º 8 da proposta de artigo 11.º ou conforme a proposta apresentada na análise 2.b. do presente parecer.
  - 1.4. Retificar a área de Proteção da Serra do Paço e a delimitação da área de Matos pois a mesma inclui a área onde está implantada uma central solar fotovoltaica e uma cultura arbórea permanente onde os matos já não estão presentes.
  - 1.5. Reconsideração da proposta de qualificação do solo apresentada pelo Município para os Espaços Agrícolas, face ao parecer supra sobre o mesmo assunto, atendendo a que a qualificação do solo não depende apenas da “competência e autonomia municipal no quadro dos instrumentos de gestão territorial.”  
Verifica-se que são incluídos na EEM os valores naturais existentes no concelho, não atualizados face à informação fornecida pelo ICNF.
  - 1.6. A EEM e a Carta de Valores Naturais deve acolher a informação atualizada da distribuição da *Linaria ricardoi* no concelho, de acordo a informação constante no Geocatálogo do ICNF disponível no link <http://geocatalogo.icnf.pt/> (*shapefiles* em anexo) e não apenas a referente ao Plano de Monitorização do EFMA.

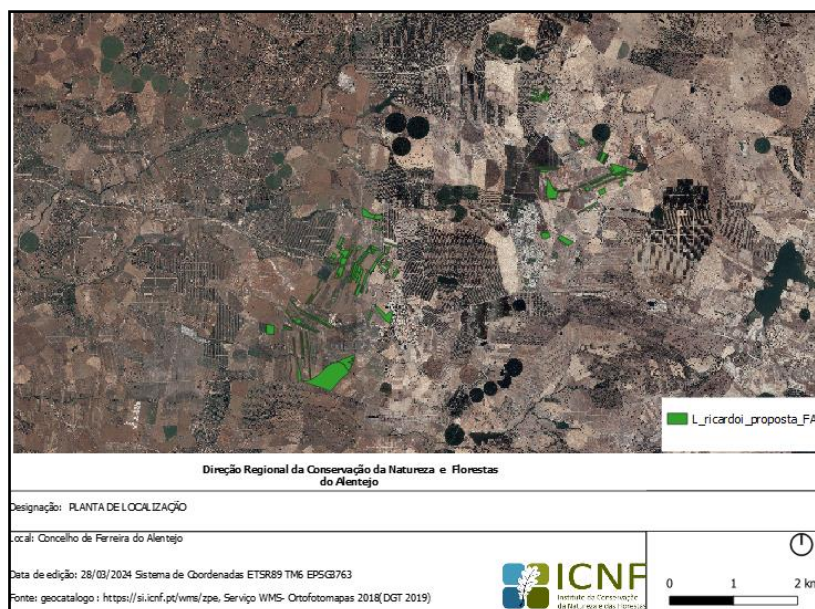


FIG.02. Distribuição da *Linaria ricardoi* no concelho (Fonte: *shapefiles* em anexo)

- 1.7. As áreas identificadas, na figura acima, com presença de *L. ricardoi* ou potencial de presença da espécie e que o município não integrou na Carta de Valores Naturais, para além da informação já conhecida, resultaram, da prospeção realizada pelo ICNF





em 27/02/2024, novas áreas onde foi possível confirmar a presença da espécie, nomeadamente em oliveiras tradicionais.

1.8. Ainda, sobre a Proposta de Ordenamento, **sugere-se uma vez mais que os Espaços Agrícolas, devem ser subdivididos em:**

→ **Espaços Agrícolas de Produção tipo I.**

→ **Espaços Agrícolas de Produção tipo II** - serão áreas afetadas os polígonos delimitados com *Linaria Ricardoi* (1713\*), e inseridos no Plano de Monitorização de *Linaria Ricardoi* do EFMA e incluídos na proposta de EEM, em coexistência com oliveiras tradicionais e áreas de pousio que são favoráveis à conservação desta espécie.

1.9. Caso mantenham, apenas, a proposta relativamente à proteção da espécie identificadas na EEM - *Linaria ricardoi*, deve ser incluída uma nota gráfica na Planta de Ordenamento (geral) nas áreas com presença confirmada da espécie com a respetiva identificação na legenda.

1.10. **Retificar as áreas de montado delimitadas que estão já ocupadas por oliveiras em regime intensivo.**

## **2. Proposta de Alteração do Regulamento**

A alteração normativa do regulamento deverá estar em consonância com as alterações da proposta de ordenamento em causa, pelo que se propõe o seguinte:

2.1. Sugere-se, novamente, a redação das normas relativas aos Espaços Agrícolas propostas pelo ICNF e não acolhida pela CMFA:

2.1.1. Título IV – Uso do solo Capítulo I - Espaços Agrícolas - Artigo 24.º

Espaços Agrícolas subdividem - se em:

- 1. Espaços agrícolas de produção tipo I;
- 2. Espaços agrícolas de produção tipo II;
- Introduzir um número com a definição de:

“Os espaços agrícolas de produção tipo II correspondem a áreas abrangidas pelo aproveitamento hidroagrícola do EFMA, integrando áreas onde existem espécies protegidas ou ameaçadas de flora com estatuto de conservação desfavorável, aplicando-se nestas o disposto na legislação específica vigente e no presente regulamento.”

2.1.2. Título V – Solo Rústico Capítulo I - Disposições Gerais, Artigo 39.º - Estatuto geral de ocupação do solo rústico e edificação isolada, ou, eventualmente, ser introduzido no Capítulo II Disposições comuns ao solo rústico e urbano Artigo 27.º Condições gerais de utilização do solo, introduzir o seguinte:

“1. Nos espaços agrícolas de produção Tipo II, onde esteja identificada a ocorrência de espécies protegidas ou ameaçadas de flora com estatuto de conservação desfavorável, deverá ser garantida a aplicação de medidas de gestão adequadas à conservação e propagação das espécies.

3. A alteração do uso do solo nas áreas onde existem espécies protegidas ou ameaçadas da flora, com estatuto de conservação desfavorável, carece de autorização do ICNF, IP, cujo pedido, no caso de abranger prédios inseridos total ou parcialmente na área beneficiada pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), é instruído com o parecer da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.”

2.1.3. **Artigo 28.º- Usos e atividades interditos**, introduzir o seguinte:



“Na subcategoria Espaços Agrícolas de Produção tipo II é interdito a prática de agricultura em regime intensivo e superintensivo que cause destruição de espécies protegidas ou ameaçadas de flora com estatuto de conservação desfavorável.”

2.2. Para manter a proteção da espécie *Linaria ricardoi* apenas na EEM, a redação do artigo 11.º deverá ser a seguinte:

- “1 – As ocupações e utilizações permitidas na EEM asseguram a compatibilização das funções de proteção, regulação e promoção dos sistemas ecológicos, com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações, numa ótica de sustentabilidade do território.
- 2 – O regime de uso do solo das áreas integradas na EEM é o previsto para a respetiva categoria ou subcategoria espaço, articulado, quando for o caso, com os regimes legais regulamentares das servidões e restrições de utilidade pública.
- 3 – Na EEM são admitidos, sem prejuízo dos regimes aplicáveis, os usos e as ações que contribuam ou não ponham em causa a prossecução dos seguintes objetivos:
  - a) Salvaguardar os recursos endógenos naturais do território;
  - b) Promover a articulação entre o meio urbano, rural e natural através de corredores verdes;
  - c) Proteger os ecossistemas naturais;
  - d) Preservar pontos de interesse paisagístico;
  - e) Valorizar o património edificado e natural;
  - f) Fomentar as paisagens produtivas;
  - g) Promover a mobilidade sustentável;
  - h) Promover estratégias locais de adaptação às alterações climáticas;
  - i) Promover estratégias locais de redução dos riscos de incidência territorial.
- 4 – Na área de proteção da Serra do Paço e nas áreas de Matos, com vista à conservação de espécies da flora ameaçadas descritas na Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental, é interdito:
  - a) A desmatção para reconversão, expansão e intensificação agrícola e para infraestruturização;
  - b) A modelação do terreno;
  - c) A destruição ou retirada dos afloramentos rochosos;
  - d) O uso de fitofármacos, nomeadamente herbicidas.
- 5 – Nas áreas referidas no número anterior admite-se o pastoreio em regime extensivo e o corte mecânico, sem mobilização de solo, de modo a travar a progressão sucessional.
- 6 – Nas áreas referidas no número 4, a alteração do uso do solo nos prédios onde ocorra a espécie *Linaria Ricardoi*, ou outras espécies da flora ameaçadas e nos charcos temporários, carece de autorização do ICNF, IP.
- 7 – Nos Charcos temporários é assegurada a compatibilização da ocupação e uso do solo resultante das atividades humanas com a respetiva conservação, com vista à adequada proteção das espécies aí presentes; nestas áreas bem como nas suas zonas envolventes, até 10 metros a contar dos limites evidentes de pleno enchimento dos Charcos, são interditos os seguintes atos e atividades:
  - a) As operações de drenagem ou aprofundamento dos solos (parcial ou total);
  - b) As mobilizações profundas, para impedir a destruição da estrutura vertical do solo;
  - c) As práticas agrícolas intensivas, como a rega e descargas do sistema de rega e a aplicação de fitofármacos;



- d) A plantação de espécies arbóreas, com particular destaque para o eucalipto;
  - e) A deposição de entulhos, resíduos ou terras que possam alterar a orografia do terreno;
  - f) As obras de construção de edificações e de caminhos agrícolas, rurais, florestais ou aceiros;
  - g) A realização de atividades de lazer motorizadas;
  - h) O acesso do gado aos charcos, na época de encharcamento.
- 8 Nas áreas abrangidas pelo corredor ecológico do PROF ALT próximo, as ações de arborização ou rearborização integram apenas espécies autóctones e não são permitidas operações mecânicas de mobilização do solo ou que alterem o perfil da margem.
- 9 Nas áreas abrangidas pelo corredor ecológico do PROF ALT afastado, as ações de arborização ou rearborização integram espécies autóctones numa área mínima de 20 % da área da unidade de gestão a intervencionar e não são permitidas operações mecânicas de mobilização do solo.
- 10-Nas áreas abrangidas pelos corredores ecológicos (próximo e afastado) do PROF ALT, aplicam-se as normas respeitantes às funções de proteção e conservação previstas no PROF ALT.
- 11-Os corredores ecológicos (próximo e afastado) do PROF ALT são, ainda, objeto de tratamento específico no âmbito de planos de gestão florestal (PGF), de acordo com o previsto naquele programa.
- 12-A alteração do uso do solo nas áreas onde existem espécies protegidas ou ameaçadas da flora, com estatuto de conservação desfavorável, carece de autorização do ICNF, IP, cujo pedido, no caso de abranger prédios inseridos total ou parcialmente na área beneficiada pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), é instruído com o parecer da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.”

2.2.2. Entre o artigo 27.º e o artigo 28.º, sugere-se a inclusão de um artigo 27.º-A, sob a epígrafe de “Condições especiais de utilização do solo rústico”, do seguinte teor:

“1 - Nas áreas onde esteja identificada a ocorrência de espécies protegidas ou ameaçadas da flora, com estatuto de conservação desfavorável, designadamente as elencadas na “Carta dos Valores Naturais”, a instalação de novas explorações pecuárias e agrícolas, em qualquer regime intensivo, bem como quaisquer outros usos, atos ou atividades, suscetíveis de afetar aquelas espécies, carece de autorização do ICNF, IP.

2 - Caso as áreas referidas no número anterior abranjam prédios inseridos total ou parcialmente na área beneficiada pelo EFMA, aquele pedido de autorização do ICNF é instruído com o parecer da EDIA.

3 - O Município de Ferreira do Alentejo disponibiliza no seu portal WEB a referida “Carta dos Valores Naturais”, bem como a informação cartográfica atualizada dos locais de ocorrência daquelas espécies, fornecida pelo ICNF, IP.”.

2.2.3. Artigo 28.º - Usos e atividades interditos - deve ser introduzido o seguinte:  
No território do município de Ferreira do Alentejo são interditos os seguintes atos e atividades:

«d) A alteração do uso do solo ou a prática de agricultura em regime intensivo e superintensivo, quando suscetível de causar a destruição de espécies



protegidas ou ameaçadas da flora com estatuto de conservação desfavorável.”.

2.2.4.No artigo 62.º dispõe-se que «*No plano de água da Albufeira de Odivelas todos os usos e atividades estão sujeitos a parecer da autoridade de recursos hídricos, de acordo com a legislação em vigor.*»; porém, pelos mesmos motivos de certeza e segurança jurídicas já aduzidos acima, recomenda-se que seja explicitada quem é essa *autoridade*. De todo o modo, salientamos que algumas daquelas *atividades*, como a pesca, a aquicultura e a piscicultura, carecem de *licenciamento* por parte do ICNF, IP, nos termos do disposto, designadamente, na Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 112/2017, de 6 de setembro e na Portaria n.º 385-A/2017, de 28 de dezembro.

### 2.3. Considerações Genéricas

2.3.1. A Proposta de Regulamento da Revisão do PDM de Ferreira do Alentejo (doravante apenas Regulamento), igualmente de setembro de 2023, contém alguns “lapsos” e incorreções (de escrita, mas não só), desde vírgulas a mais e a menos, frases mal construídas e confusas, erros de sintaxe, de ortografia e de concordância entre sujeito e predicado, redundâncias ou repetições, omissões de indicação de diplomas legais e regulamentares, etc.

2.3.2.Dentre esses *lapsos*, *incorreções* ou *incompletudes e omissões* do Regulamento, regista-se:

2.3.2.1. A utilização de expressões como: “tem que ser” ou “tem de ser”, em vez de “é”; ou “tem de proceder”, em vez de “procede”; “tem de respeitar”, em vez de “respeita”; “deve ser”, em vez de “é”; “devem ser”, em vez de “são”; “devem assegurar”, em vez de “asseguram”; “devem recorrer”, em vez de “recorrem”; “devem adotar”, em vez de “adotam”; “devem respeitar”, em vez de “respeitam”; “devem, ainda, obedecer”, em vez de “obedecem, ainda”; “devem prevalecer”, em vez de “prevalecem”; “devem ser exigidas”, em vez de “exigem-se;”, etc. – pois que em normas jurídicas usa-se, preferencialmente, a forma verbal do presente do indicativo <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Cabe aqui salientar que na elaboração de textos normativos (como é o caso deste regulamento) deverão cumprir-se regras básicas de legística, como, por exemplo, as seguintes, extraídas de “Legística: regras, boas práticas e recomendações para os Estados e Regiões da Lusofonia” (in <https://e-publica.pt/>, vol. 10, n.º 3, dezembro 2023), disponível em <https://e-publica.pt/article/91600-legistica-regras-boas-praticas-e-recomendacoes-para-os-estados-e-regioes-da-lusofonia>:

- **Simplicidade e clareza da linguagem:** todo o ato normativo deve ser redigido de forma simples e clara, e acolher nomeadamente as seguintes regras: a) Utilizar frases simples, claras e concisas; b) Usar o “português padrão”; c) Utilizar as palavras no seu sentido corrente, sem prejuízo da utilização de terminologia técnica e científica; d) Evitar a utilização de redações excessivamente vagas, preciosismos, neologismos e adjetivações dispensáveis; e) Enunciar as regras na voz ativa, de forma afirmativa e evitar-se a dupla negativa.
- **Tempo verbal:** nos atos normativos deve utilizar-se o presente (do indicativo) ou, quando a tradição jurídica o justifique, o futuro.
- “Regras de legística na elaboração de atos normativos pelo Governo”, publicado no Anexo II à Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010, de 11 de outubro.



- 2.3.2.2. A utilização de frases e/ou expressões imprecisas e pouco rigorosas, como: “legislação e regulamentação aplicáveis”; “legislação aplicável”; “legislação específica aplicável”; “legislação em vigor”; “legislação específica”; “legislação vigente” – pois que, desde logo por motivos de certeza e segurança jurídicas, recomenda-se que seja identificada expressamente toda aquela *legislação e regulamentação*.
- 2.3.2.3. Algumas referências a “parecer da entidade competente” – porém, pelos mesmos motivos acima mencionados, recomenda-se que seja concretizada essa entidade competente.
- 2.3.2.4. Diversas referências incoerentes a “Infraestruturas de Portugal, S.A.” e a “Infraestruturas de Portugal, IP, S.A.”.

3. Considera, ainda, este Instituto ser relevante informar V.<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup> do seguinte:

- 3.3. Após análise e tratamento dos dados recolhidos na visita de campo efetuada por técnicos da DRCNF-ALT em 27/02/2024, constatou-se que, nas áreas em que foi confirmada a presença efetiva de exemplares da espécie *Linaria ricardoi*, quando comparadas com informação e cartografia anteriores (levantamentos levados a cabo em 2018, no âmbito dos trabalhos para elaboração da Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental), se verificou uma diminuição extremamente significativa (mesmo drástica) de exemplares. Coincidem tais áreas com as abrangidas pelos blocos de rega do EFMA e, por inerência, com a alteração do sistema tradicional de exploração agrícola de sequeiro para regadio, do que é exemplo a eliminação dos olivais tradicionais, *habitat* com as condições edafo-climáticas ideais para a sobredita espécie, e instalação de culturas intensivas e superintensivas.
- 3.4. Esta constatação vem reforçar a necessidade premente de adoção de medidas de salvaguarda daquela espécie (bem como das demais, presentes nas áreas supra-identificadas, que gozam de estatuto de proteção legal). Por outro lado, evidencia a necessidade de estabelecer idênticas medidas para salvaguardar as espécies que, não gozando de estatuto legal de proteção, constam do Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental. Isto sob pena de, e em ambos casos, fruto da destruição progressiva de *habitat* verificada (o que, em face da informação disponível, se pode razoavelmente antecipar e concluir que continuará a ocorrer, não havendo alteração do modelo de exploração e estabelecimento das ditas medidas), se agravar progressivamente o seu estatuto de ameaça e, inexoravelmente, se virem a extinguir naquelas áreas, com as correspondentes consequências em matéria de incumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português, quer no que está vinculado (designadamente, e entre outros, Convenção de Berna).

- 
- “Guia de legística para a elaboração de atos normativos”, Edição da Assembleia da República, Lisboa, maio de 2020, 70 p., disponível em [https://dgpj.justica.gov.pt/Portals/31/AIN\\_Programas/AR\\_Regras\\_Legistica%282%29.pdf](https://dgpj.justica.gov.pt/Portals/31/AIN_Programas/AR_Regras_Legistica%282%29.pdf).
  - “Manual de Legística – Critérios científicos e técnicos para legislar melhor”, de Carlos Blanco de Moraes, edição Verbo, de abril de 2007, 690 p..
  - “Legística, Perspectivas sobre a Conceção e Redação de Actos Normativos”, de David Duarte e outros, Coimbra, Almedina, 2002, 430 p..



Em anexo: *Shapes* – Distribuição atualizada da *Linaria ricardoi* no concelho.

Mais se informa, que o ICNF se encontra disponível para prestar os esclarecimentos adicionais considerados necessários.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo

Olga Martins

AP/CC/PC/RR

Documento processado por computador, nº S-007434/2024